

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Sr. Presidente, de volta a esta tribuna, quero fazer coro com o deputado Gil Diniz em relação ao PL 529, que é um verdadeiro... Ele representa o exterminio do Estado de bem-estar social do estado de São Paulo.

Ele representa o fim da prestação de serviços públicos em várias áreas essenciais, principalmente para as pessoas de baixa renda, do SUS. É um projeto que ataca o Sistema Único de Saúde, desmonta o Sistema Único de Saúde do Estado.

É um projeto que ataca ferozmente o Meio Ambiente, porque ele vai mexer, ele vai desestruturar o Instituto Florestal, que tem uma função importante de preservar o Meio Ambiente do estado de São Paulo, o Instituto Botânica, o Instituto Geológico, o Zoológico.

É um desmonte jamais visto no nosso Estado, além de atacar o lamspe, aumentando a contribuição dos nossos servidores, estimulando um amplo processo de terceirização de serviços públicos, causando desemprego em massa no Estado.

O projeto ataca várias áreas; aumenta os impostos da cesta básica da população. Nunca houve na Assembleia Legislativa um projeto tão perverso e criminoso como esse. Então, a Assembleia Legislativa não pode aprovar esse projeto.

O deputado que aprovar, que der o seu voto favorável, estará contribuindo com um verdadeiro crime aqui no estado de São Paulo. É importante que a população se mobilize e pressione os deputados da base do governo, porque nós estamos resistindo, estamos ganhando tempo aqui, fazendo oposição e impedindo a aprovação desse projeto, mas o governo vem com a sua máquina, vem com as emendas parlamentares, com os cargos, com toda a sua maquinaria do governo estadual cooperando os deputados e deputadas.

Porque eu não vejo razão para um deputado que seja minimamente sério ou uma deputada votar a favor desse projeto, que vai atacar os seus próprios eleitores. Porque um deputado que defende a extinção da Suceu, do Oncocentro, da Furp, um projeto que vai prejudicar o lamspe, que vai destruir o Meio Ambiente, que vai aumentar os impostos da cesta básica, está atacando os seus próprios eleitores, ele vai atacar as suas cidades.

Então, ele tem que ser desmascarado, e nós vamos continuar lutando e denunciando. Sr. Presidente. E fazer isso num momento como este de pandemia, plenário vazio

Ninguém pode entrar na Assembleia Legislativa; a população não pode participar desse processo, desse debate. Ou seja, a Assembleia Legislativa está de costas para os 45 milhões de habitantes do estado de São Paulo, votando um projeto contra a população.

Então, é por tudo isso e muito mais que nós vamos continuar denunciando e fazendo oposição e obstruindo a tramitação do PL 529 aqui na Assembleia Legislativa. É um projeto devastador também das universidades públicas, da Fapesp, da pesquisa, dos fundos.

Me preocupa muito também, Sr. Presidente, a possibilidade, porque o projeto vai autorizar o confisco dos fundos, dos recursos das carteiras previdenciárias dos advogados do Ipesp e dos cartorários. Isso é preocupante.

Nós não podemos aceitar que esses trabalhadores e essas trabalhadoras, que já foram prejudicados, inclusive pela Assembleia Legislativa, que votou contra esses trabalhadores e essas trabalhadoras, que se cometa mais um golpe contra esse segmento importante aqui do estado de São Paulo. Isso nós não vamos permitir.

Para terminar, Sr. Presidente, a minha participação de hoje, eu não posso deixar de registrar também, assim como eu denunciei o Comunicado 143, que atinge frontalmente a dignidade humana dos agentes de organização escolar no estado de São Paulo, que o governo continua, o governo Rossieli, de uma forma totalmente contraditória, incoerente e oportunista, insistindo na introdução do Programa de Ensino Integral no estado de São Paulo.

Inclusive, em várias regiões, está obrigando escolas, diretorias de ensino obrigando escolas a aderirem a esse projeto, que não tem adesão. A sociedade não quer, ainda mais nesse momento, quando nós estamos dizendo que não é muito bom ficar muito tempo numa escola.

Inclusive, neste período de pandemia, as crianças que estão voltando - que são pouquíssimas no Brasil, e sobretudo no estado de São Paulo, porque essa volta é um verdadeiro fracasso, até porque as famílias têm consciência da gravidade da situação, que não é o momento de reabertura das escolas...

E o governo querendo que a criança fique oito horas dentro de uma escola, passando um projeto como esse, que vai prejudicar o funcionamento das escolas, Sr. Presidente.

Esse projeto prejudica o aluno que tem que trabalhar, o aluno que faz curso no contraturno. Ele superlota as outras escolas, porque uma escola, quando se torna escola de tempo integral, por exemplo, se ela tem 1.200 alunos, 1.300 alunos, só vai atender 300 alunos. E os outros mil alunos? O que o governo vai fazer com os outros mil alunos? Vai dispersar esses alunos.

Então, ele quer um cartão de visita, algumas escolas de tempo integral, para dizer que elas existem, e depois usar na propaganda eleitoral de 2022, porque ele sabe que não há recurso para transformar todas as escolas em escolas de tempo integral.

Então, ele vai ter uma vitrine, talvez uma ou duas por diretoria de ensino, mas com isso ele prejudica muitas escolas e muitos alunos. Por isso que eu chamo isso de farsa da escola de tempo integral, a farsa do PEI.

Eu já acionei o Ministério Público, inclusive contra essa introdução, essa forçação de barra da Secretaria da Educação de chamar o debate agora, no momento em que as escolas estão fechadas, que é difícil consultar a comunidade escolar. Isso já foi feito no ano passado, e o governo já foi derrotado. Na maioria das escolas não houve adesão.

Agora o governo, no tapetão, num casuismo, aproveitando a pandemia, tenta passar a boiada novamente de PEI, do Programa, do Projeto ou Programa de Ensino Integral, que é uma verdadeira contradição, Sr. Presidente, porque prejudica alunos, prejudica a comunidade escolar.

É um projeto altamente excludente, porque exclui uma boa parte dos alunos do acesso a essa escola e prejudica também os profissionais da Educação.

Sobretudo os professores serão duramente prejudicados, porque o professor tem que mudar. Se ele não adere, se ele não concorda com o projeto, ele é obrigado a sair daquela escola, mesmo que ele seja efetivo e concursado, porque há um controle também político-ideológico dos professores numa escola integral, porque eles são escolhidos pela direção através do “perfil”: tem que ser um professor dócil, professor que não conteste as normas estabelecidas. É essa política educacional do governo.

Então, por tudo isso, Sr. Presidente, é que nós nos manifestamos contra e estamos denunciando a forma autoritária como o Rossieli Weintraub vem tentando reintroduzir esse modelo de escola em plena pandemia.

Quando a gente não pode nem reabrir as escolas, ele vem com um projeto que é para o aluno ficar o dia todo dentro de uma escola, se contaminando com o coronavírus.

Mas eu já tomei providências também em relação a isso, já acionei o Ministério Público, que vai começar a investigar essa forma autoritária, a pressão, o assédio, a perseguição política em cima das escolas que não querem aderir. Tem muita escola sendo pressionada por dirigentes de ensino.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - CASTELLO BRANCO - PSL - Muito obrigado, nobre deputado professor Carlos Giannazi.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças, eu solicito o levantamento desta sessão.

O SR. PRESIDENTE - CASTELLO BRANCO - PSL - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, é regimental. Havendo acordo de lideranças esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de terça-feira próxima, dia 13 de outubro, à hora regimental, com a mesma Ordem do Dia da última quinta-feira.

Com a benção de Deus, desejamos a todos um excelente final de semana. Está levantada a presente sessão plenária do dia 9 de outubro de 2020.

\*\*\*
- Levanta-se a sessão às 15 horas e 17 minutos.
\*\*\*

## 13 DE OUTUBRO DE 2020 73ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: GILMACI SANTOS e SEBASTIÃO SANTOS

### RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - GILMACI SANTOS

Assume a Presidência e abre a sessão. Convoca os Srs. Deputados para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término da sessão, com Ordem do Dia. Convoca os Srs. Deputados para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se hoje, dez minutos após o término da primeira sessão, com Ordem do Dia.

2 - CASTELLO BRANCO

Exibe reportagem do jornal "O Estado de S. Paulo" sobre as dificuldades na aprovação de projetos de reformas administrativas e ajuste fiscal nos estados de São Paulo e Rio Grande do Sul. Considera a reportagem superficial, sem abordar o assunto em profundidade. Ressalta que a responsabilidade por este projeto é do Executivo. Esclarece que esta Casa tem o dever e a obrigação legal de fiscalizar as contas do governador. Pede ao jornal que publique uma matéria mais profunda sobre o assunto. Informa que irá distribuir a todos os deputados uma cartilha técnica, mostrando os prejuízos que a aprovação do PL 529/20 causará. Menciona o aumento de impostos e do custo de vida da população. Pede que o povo vote com consciência e valorize o seu voto.

3 - GIL DINIZ

Posiciona-se contrariamente ao PL 529/20. Esclarece que a queda na arrecadação foi causada por medidas autoritárias dos governos estadual e municipal de São Paulo durante a pandemia. Lamenta que o governo queira resolver aumentando impostos da população. Afirma que o projeto acaba com serviços essenciais do estado de São Paulo. Pede que os deputados não assinem as folhas de presença da sessão extraordinária e que mostrem sua independência.

4 - CORONEL TELHADA

Saúda os municípios aniversariantes do Estado. Informa ter sido comemorado ontem o aniversário do bairro da Lapa. Afirma ser hoje o Dia Nacional do Terapeuta Ocupacional e o Dia Nacional do Fisioterapeuta. Informa o falecimento do policial militar mais velho da Corporação, em Bauru, com 104 anos. Cita também o falecimento de policial do 12º Batalhão da PM e de policial civil que estava de folga. Crítica o silêncio da imprensa frente ao PL 529/20. Lamenta a convivência da imprensa com o governo.

5 - CARLOS GIANNAZI

Repudia a publicação de comunicado externo da Secretaria da Educação, no último dia 9/10, obrigando os servidores da Educação, que estão em trabalho remoto, a voltarem para as escolas. Crítica a publicação de decreto oficializando o Programa Computador do Professor. Esclarece que serão destinados dois mil reais para que os professores possam comprar um computador, sendo reembolsados pelo Estado em 24 parcelas. Explica algumas das contradições apresentadas no decreto.

6 - CORONEL NISHIKAWA

Esclarece que está nesta Casa para exercer o seu mandato. Defende a escolha daquilo que considera correto. Diz ter assumido um compromisso, que será cumprido. Diz ser sua opção democrática. Afirma que estará sempre ao lado do presidente Jair Bolsonaro.

7 - DOUGLAS GARCIA

Parabeniza os deputados Carla Morando e Carlão Pignatari por terem atendido sua solicitação de manter a Escola Clave de Sol. Lembra que a entidade atende cerca de 320 famílias em Sorocaba e região. Afirma que a mesma necessita do auxílio do Estado para se manter. Crítica o governador João Doria por ter ajuizado uma ação para censurar aqueles que o criticam nas redes sociais. Coloca o Jurídico do PTB à disposição daqueles que foram censurados pela ação. Defende a preservação do princípio da liberdade de expressão. Considera a atitude como corrupção moral.

8 - VALERIA BOLSONARO

Considera que o governador João Doria não respeita esta Casa e os deputados estaduais. Informa que um grupo de deputados, inclusive esta deputada, entraram com o terceiro pedido de impeachment do governador do Estado, em razão de indícios de irregularidades durante a pandemia de coronavírus. Discorre sobre a transição de grande parte do estado de São Paulo para a fase verde da pandemia, juntamente com o início da campanha eleitoral. Lamenta que tenha sido apresentado um projeto para acabar com um hospital que trata pessoas com câncer durante o mês de alerta para o câncer de mama. Exibe cadernos, entregues aos alunos da rede estadual de ensino, exibindo o termo a.E.C - antes da Era Comum - ao invés do termo "antes de Cristo".

9 - CASTELLO BRANCO

Exibe slides com a argumentação do Governo de Estado para a aprovação do PL 529/20. Crítica o discurso do governo, que afirma que faltarão recursos para investimentos e melhorias no Estado, caso este projeto não seja aprovado. Discorre sobre a Lei Orçamentária Anual para 2021. Cita um aumento de sete bilhões de reais no Orçamento. Discorre sobre o PL 529/20. Lamenta a má gestão de recursos públicos durante a pandemia de coronavírus.

10 - GIL DINIZ

Discorre sobre a atuação da imprensa durante as discussões do PL 529/20. Afirma que a mesma está ocultando o que ocorre nesta Casa. Ressalta que, de acordo com a imprensa, o governo quer enxugar o Estado, mas não informam sobre o aumento de carga tributária. Afirma que mais de 600 emendas ao projeto foram negadas. Comenta posição do projeto em relação aos deficientes físicos. Defende os direitos destes.

11 - CARLOS GIANNAZI

Crítica o confisco do salário dos aposentados e pensionistas, com a publicação do Decreto nº 65021, publicado em 19/06. Esclarece que o mesmo apresenta uma escala de desconto, de acordo com os proventos de cada pessoa. Diz ser este confisco proibido pela Constituição Federal. Lamenta o aumento da contribuição do lamspe para pessoas maiores de 59 anos, que afetará também os servidores aposentados. Pede o apoio dos deputados para a aprovação do PDL 22/20, de sua autoria, que revoga e anula este decreto.

GRANDE EXPEDIENTE

12 - SEBASTIÃO SANTOS

Assume a Presidência.

13 - ED THOMAS

Tece críticas ao PL 529/20. Ressalta posição contrária à propositura. Discorre sobre a importância do agronegócio para a economia do País. Comenta o artigo sobre mudanças tributárias e retirada de isenções da matéria. Clama por independência do Legislativo. Pede respeito aos votos. Menciona escândalos de corrupção durante a pandemia. Lista as consequências das extinções de entidades previstas na propositura.

14 - GILMACI SANTOS

Assume a Presidência.

15 - CASTELLO BRANCO

Questiona o veto ao PL 317/19, de sua autoria, que prevê alocação de recursos para instalação de bloqueadores de celulares nos presídios do Estado. Agradece aos deputados que apreciaram o texto. Comenta a importância do bloqueio de sinal de celulares em presídios. Cita a apreensão de celulares no ano passado. Lembra sua posição contra o PL 529/20 (aparteado pelo deputado Douglas Garcia).

16 - GIL DINIZ

Discorre sobre o trabalho dos policiais militares. Lamenta as mortes de agentes durante o final de semana. Pede punição aos culpados. Cobra o pagamento de pensão e seguro de vida às famílias. Comenta o habeas corpus concedido pelo ministro do STF, Marco Aurélio Mello, ao traficante André do Rap. Cita intimação recebida para justificar postagem em rede social contra a decisão do STF. Tece considerações ao trabalho das forças policiais para prender criminosos. Rebate publicação em rede social de candidato à vereança do partido Novo, Marcelo Castro, afirmando que tráfico de drogas não deveria ser crime.

17 - SARGENTO NERI

Pelo art. 82, comenta matéria do "Estado de S. Paulo" sobre o PL 529/20. Crítica a não menção das mudanças tributárias previstas no texto. Considera a política de isolamento social do governador a causa do débito no Estado. Opõe-se ao uso de seu nome para alavanca política. Exibe e comenta holerite de coronel da reserva. Defende melhores salários aos cabos e soldados.

18 - CAIO FRANÇA

Pelo art. 82, comenta a tramitação do PL 529/20. Lista os prejuízos da aprovação do texto. Crítica a atuação do governador. Lembra a apresentação de 630 emendas, que não foram acatadas. Questiona aceitação de emenda aglutinativa da deputada Janaina Paschoal. Cita a união de bancadas contra o texto. Defende a diminuição do Estado, mas sem a retirada de serviços essenciais.

19 - GIL DINIZ

Para comunicação, endossa a fala do deputado Caio França. Crítica a retirada de isenções de impostos de pessoas com deficiência.

20 - TEONILIO BARBA LULA

Pelo art. 82, comenta as denúncias de pagamento de emendas parlamentares aos que votarem a favor do PL 529/20. Crítica o conteúdo do texto. Afirma que, ao seu ver, a matéria prevê aumento de impostos. Tece críticas ao governador João Doria. Pede à deputada Janaina Paschoal que repense e vote contra a propositura.

21 - MONICA DA BANCADA ATIVISTA

Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.

22 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS

Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 14/10, à hora regimental, com Ordem do Dia. Lembra sessão extraordinária a ser realizada hoje, às 19 horas e 30 minutos. Levanta a sessão.

\*\*\*

- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.

\*\*\*

- Passa-se ao

### PEQUENO EXPEDIENTE

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, neste momento vamos iniciar o nosso Pequeno Expediente convidando já para fazer uso da palavra o nobre deputado Castello Branco. Enquanto V. Exa. se dirige à tribuna, convocação.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término desta sessão ou às 19 horas, caso a sessão não atinja seu tempo limite, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

\*\*\*

- NR - A Ordem do Dia para a 45ª sessão extraordinária foi publicada no D.O. de 14/10/2020.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, I, do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária a realizar-se hoje, dez minutos após o término da primeira sessão extraordinária, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

\*\*\*

- NR - A Ordem do Dia para a 46ª sessão extraordinária foi publicada no D.O. de 14/10/2020.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Com a palavra o deputado Castello Branco.

O SR. CASTELLO BRANCO - PSL - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Nobres deputados presentes hoje, dia 13 de outubro de 2020, terça-feira, 14 horas e 35 minutos, iniciamos o Pequeno Expediente de hoje mostrando aqui uma reportagem do “O Estado de S. Paulo”: “Pacotes de ajuste fiscal em estados travam em Assembleias Legislativas”. Na sequência, uma chamada de capa muito superficial e, na página específica: “As vésperas da eleição, estados enfrentam resistências para aprovar ajuste fiscal”.

Na verdade, “O Estado de S. Paulo” pegou muito leve. É uma reportagem superficial, que não aborda em profundidade o que poderia abordar. Esquisito é o mínimo que eu poderia dizer, mas, de qualquer forma, aqui ele registra que os estados do Rio Grande do Sul, cujo governador é do PSDB, e o estado de São Paulo, cujo governador é do PSDB, tentam aprovar os chamados “pacotes de ajuste fiscal”, “reforma tributária”, “enxugamento da máquina administrativa” ou “melhorar a administração do estado”.

E eles discorrem dizendo que, caso este projeto de lei não seja aprovado, a culpa é da Assembleia Legislativa, o que é uma grande mentira antes de tudo, porque a responsabilidade da gestão do estado é do Executivo. No que cabe à glória, o Executivo fica com os méritos, e, no que couber à derrota, caberá a nós. Cara de pau.

Primeiro, que isso não é verdade. Em segundo lugar, no que tange à Assembleia, nós temos o dever e a obrigação legal de fiscalizar as contas do governador. E, na proposta do PL 529, conhecido já pela população como “pacote da maldade com requinte de crueldade”, a conta não fecha.

A economia porca que é proposta aqui não vai significar o que diz aqui o Sr. Secretário contratado pelo Doria, o Mauro Ricardo, de que o estado vai ter um prejuízo mensal de 410 milhões; mais do que isso, de que tudo que o estado não puder investir no ano que vem será em decorrência da não aprovação disto - outra grande mentira.

Basta que uma pessoa formada em Contabilidade Básica leia a Lei Orçamentária Anual de 2021 para ver que isso não

procede. Eu não vou aqui me alongar no tema, porque é muito técnico, mas está aqui a reportagem do “Estadão”.

O “Maurinho Malvadeza”, como é conhecido, por onde passou deixou um rastro de tristeza e desolação. Nos vários governos em que ele deu consultoria, só causou problema; já foi discorrido aqui.

Eu pediria então ao “O Estado de S. Paulo” que fizesse uma matéria mais profunda, que entrasse a fundo. Eu vou distribuir para cada um dos deputados hoje esta cartilha técnica, contábil, que vai mostrar passo a passo os prejuízos que o estado de São Paulo vai ter com aprovação do 529.

Deputada Carla Morando, a senhora que está aqui hoje - e eu admiro e reconheço a sua competência e sempre agradeço as suas nobres orientações -, veja bem. Se esse projeto de lei tivesse sido dividido, fatiado, apresentado aos poucos, vocês logriariam muito mais êxito. É uma humilde opinião; quem sou eu? Mas se eu pudesse ter essa ingerência, eu diria que a forma como foi apresentado foi muito errada, e o momento, muito errado.

Nas vésperas de uma eleição, muitos candidatos vão ter medo de assinar embaixo isso aqui, porque, com certeza, isso aumenta impostos; isso aumenta o custo de vida das pessoas e é uma medida impopular. Então, o conteúdo é duvidoso, e a forma e o momento, totalmente errados. É sem dúvida nenhuma um alto prejuízo para o estado.

Nestes 49 segundos que me faltam, nós estamos envidando todos os esforços possíveis para mostrar tecnicamente que o projeto não é viável para o estado de São Paulo. Eu diria que ele causará muito mais prejuízos do que benesses. Vai causar muito mais dor e sofrimento do que solução. O Projeto nº 529 é uma economia malfeita, na hora errada e do jeito errado.

Nós concitamos a todos os cidadãos paulistas que acionem as suas bases, seus vereadores, seus prefeitos, os deputados que vocês conhecem. Pressionem-nos a pelo menos ler. Vá ler, porque a maioria nem leu. Leia as 66 páginas e as mais de 623 emendas para você ver que isso não presta.

Nossa mensagem das eleições municipais de 2020: vote com consciência; vote valorizando o seu voto em prol de um estado mais forte, mais digno e mais soberano. Somos todos um só.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado. Com a palavra o deputado Gil Diniz.

O SR. GIL DINIZ - SEM PARTIDO - SEM REVISÃO DO ORA-DOR - Boa tarde, presidente. Boa tarde a todos deputados presentes aqui no Pequeno Expediente. Boa tarde aos nossos policiais militares e civis, a todos os funcionários desta Casa e a quem nos acompanha pela Rede Alep.

Presidente, vou na mesma linha do deputado Castello Branco. Já me posicionei diversas vezes contra o PL 529, que, dentre outras coisas, aumenta impostos para o povo de São Paulo.

É simplesmente surreal que, em meio a uma pandemia grave, onde o governador e o prefeito de São Paulo, Sr. Bruno Covas, tomaram várias medidas restritivas, várias medidas autoritárias, deputado Douglas Garcia...

Quem não lembra do Bruno Covas mandando soldar portas de comércio aqui na capital? É óbvio que essa conta ia chegar; é óbvio. E qual o remédio para solucionar a queda na arrecadação feita cirurgicamente por prefeito e governador do PSDB aqui na capital? Aumentar imposto. A fórmula mágica é surrupiar, tirar, extorquir o pagador de imposto no estado de São Paulo.

Vejam só vocês, deputado Castello Branco, o Bruno Covas dizia e o Doria também: “Primeiro, as vidas; a economia...”. Olhem só vocês, esses hipócritas estão nas ruas agora pedindo voto. O Bruno Covas está lá: “Olha, adesivaço. Venha para o adesivaço. Venha adesivar o seu carro”. Agora tem campanha; estão em campanha.

Você que está em casa, eu digo para você: primeiro, o seu trabalho, a sua família, a sua vida; depois, a eleição de tipos como esse, que estão em recuperação até o momento de um câncer gravíssimo, que pegaram a Covid. E olhe que engraçado, você viu algum vereador em São Paulo morrendo de Covid? Você viu algum deputado morrendo de Covid em São Paulo? Não, mas eu vi milhares de desempregados.

Eu estou vendo família passar fome. A gente está vendo isso, e qual a receita desta Casa Legislativa? Se dobrar, se humilhar ao governador, ir contra a vontade do povo de São Paulo votar aumento de imposto.

Eu não consigo entender por que deputados que têm independência, que não devem nada ao governador - pelo menos publicamente - estão aqui assinando a lista de presença; estão votando, dando quórum, deputado Giannazi, para acabar com serviços essenciais para o povo de São Paulo, para majorar imposto, como se a nossa carga tributária já não fosse das mais absurdas no mundo.

É isso que eu me pergunto todo dia: o que esses deputados têm com o governador do estado de São Paulo? É o quê? É pacto de sangue? Não é possível. Então, mais uma vez vamos estar aqui às 19 horas se o governo conseguir 48 assinaturas naquela lista de extraordinária. E eu peço aqui aos deputados: não assinem essas folhas da sessão extraordinária, porque nem deliberar poderá ser deliberado esse projeto hoje.

Vamos derrotar, deputados. Vamos mostrar independência; vamos mostrar o motivo do povo de São Paulo e do povo paulista terem confiado o voto a cada um de nós nesta Casa e não abrir mão das nossas prerrogativas, do nosso poder, para passar a um inimigo do povo de São Paulo, do povo trabalhador.

Estão escondendo o governador nas suas campanhas eleitorais. Dê uma olhada aí nas redes sociais, no Sr. Bruno Covas, por exemplo. Para concluir, Sr. Presidente, nem a bancada do PSDB coloca aí o governador como garoto-propaganda nas suas peças eleitorais.

Vocês estão protegendo esse governador por quê? Repito, povo de São Paulo: o PSDB é um câncer para o nosso estado; 45 nem no micro-ondas. E tome cuidado: se você apertar, a sua merenda pode subir ou sumir.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado. Com a palavra o deputado Delegado Olim. (Pausa.) Deputada Janaina Paschoal. (Pausa.) Deputado Coronel Telhada.

O SR. CORONEL TELHADA - PP - Sr. Presidente, Srs. Deputados, todos que nós assistem pela Rede Alep, saúdo aqui a cabo Flávia, em nome de quem saúdo a nossa Assessoria Policial Militar. Quero começar minha fala de hoje, dia 13 de outubro, saudando os municípios aniversariantes.

Começando no sábado, dia 10 de outubro, nós tivemos os municípios de Cosmorama, Cerqueira César e Laranjal Paulista. No domingo, dia 11, o município de Pariquera-Açu.

E ontem, dia 12, os municípios de Guaçaí, Júlio Mesquita, Lavínia, Nova Aliança, Presidente Bernardes, Três Fronteiras, Tupã. Hoje, terça-feira, dia 13 de outubro, o município de Porto Feliz. A todas as amigas e os amigos dessas cidades, o nosso abraço. Contem com o nosso trabalho.

Ontem, dia 12 de outubro também, foi aniversário do bairro da Lapa, o bairro onde eu nasci. Um bairro em que eu trabalhei vários anos da minha vida no 4º Batalhão. Um bairro por que eu tenho grande afinidade e grande carinho. Um abraço a todos amigos e amigas do querido bairro da Lapa, em especial ao Bira, o nosso querido amigo lá do jornal da Lapa, o “Jornal da Gente”. Enfim, a todos que trabalham e moram no bairro da Lapa.

Hoje, dia 13 de outubro, é o Dia Nacional do Terapeuta Ocupacional. Parabéns a todos que trabalham nessa profissão. Dia Nacional do Fisioterapeuta. Na PM, nós temos uma sessão de Fisioterapia muito forte, e é um trabalho muito importante, porque nós temos vários policiais baleados em serviço, feridos a tiros, acidentes de trânsito. Então, é um trabalho muito importante dentro da Polícia Militar. Um abraço a todos que trabalham nessa tão nobre profissão.